

Nova Lei: PROTECT ACT

A Lei PROTECT foi sancionada em 5 de agosto de 2026. Ela fortalece a proteção dos residentes de Massachusetts, limitando a participação estadual e local na aplicação das leis federais de imigração civil e criando novas salvaguardas em escolas, creches, unidades de saúde, tribunais e outras instituições estaduais e locais.

DATA DE VIGÊNCIA

INSTITUIÇÕES ESTADUAIS E LOCAIS

- Confere ao **governador a autoridade para limitar a aplicação das leis de imigração civil em áreas não públicas de instalações estaduais**.
- Exige-se **orientação multilíngue** para agências estaduais sobre como interagir com as autoridades federais de imigração.

Diretrizes temporárias:
4 de set. de 2026
Diretrizes finais:
11 de fev. de 2027

ESPAÇOS COMUNITÁRIOS ESSENCIAIS

3 de nov. de 2026

Tribunais

- Proíbe detenções por motivo migratório, sem mandato judicial, **dentro de tribunais e em suas dependências, incluindo estacionamentos, sem mandato judicial**.

Unidades de cuidados infantis

1 de set. de 2026

- Proíbe prisões por motivo migratório sem mandato judicial, em creches licenciadas, lares de acolhimento familiar, programas de cuidados infantis e instalações de cuidados coletivos.
- Exige políticas e treinamento em todo o estado sobre interações com o ICE (Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA).

Escolas públicas e escolas charter

1 de set. de 2026

- Proíbe prisões por motivo migratório **sem mandato judicial** em instalações escolares.
- Exige que o DESE desenvolva orientações, modelos de política (regras) e treinamento.

Assistência médica

4 de out. de 2026

- Proíbe prisões por motivo migratório sem mandato judicial em áreas não públicas de instalações de saúde e de cuidados coletivos abrangidos pela lei, incluindo

certos lares de idosos.

- Exige que as instalações abrangidas adotem políticas para responder à aplicação das leis de imigração civil.

TUTELA DE MENORES

5 de ago. de 2026

Permite que pais e responsáveis legais se planejem com antecedência, providenciando que alguém cuide de seus filhos caso sejam detidos ou deportados.

LIMITAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ESTADUAL E LOCAL NA FISCALIZAÇÃO FEDERAL DA IMIGRAÇÃO

4 de set. de 2026

A Lei PROTECT estabelece limites importantes à participação de estados e municípios na aplicação das leis federais de imigração civil:

- A polícia, os xerifes e os tribunais, **não podem perguntar ou registrar o status migratório** de uma pessoa, exceto em casos específicos de investigações criminais ou quando exigido por lei, salvo algumas exceções.
- Em geral, **os recursos** estaduais e locais **não podem ser usados** para a aplicação das leis federais de imigração civil.
- Polícias, gabinetes de xerifes e tribunais estão, em geral, proibidos de compartilhar com o ICE **informações não públicas de uma pessoa, sua situação de custódia ou aviso prévio sobre sua libertação**, ressalvadas certas exceções.
- A polícia, os xerifes e os tribunais não podem parar, prender, revistar, investigar ou deter alguém para fins de fiscalização federal de imigração civil, salvo e.
- As pessoas não podem ser detidas unicamente com base em uma **ordem de detenção do ICE** (um pedido do ICE para manter alguém sob custódia para fins de prisão por questões de imigração).
- De modo geral, **proíbe novos acordos 287(g)** ou ampliados, que permitem que as autoridades policiais estaduais e locais desempenhem certas funções federais de fiscalização da imigração.
- Cidades e vilas podem adotar **proteções mais rigorosas**.

PROTEÇÃO PARA PESSOAS EM DETENÇÃO

Exige que as instalações de detenção estaduais e de condados, entre outras medidas:

3 de nov. de 2026

- informem os detidos sobre seus direitos no idioma de sua preferência no momento da admissão, **incluindo o direito a**

- **assistência jurídica** e a recusar entrevistas com o ICE;
- disponibilizem **acesso gratuito, regular e adequado a videoconferências para consultas jurídicas**;
- **forneçam transporte para audiências e procedimentos judiciais**, e documentem o cumprimento dessa obrigação;
- monitorem a **situação da custódia** e a informem ao advogado do detido e/ou ao contato designado, além de **notificá-los sobre qualquer transferência** para outra instalação;
- disponibilizem um **número de telefone público** para que interessados possam confirmar a situação da custódia.

PROTEÇÕES ADICIONAIS

- | | |
|---|-------------------|
| • Exige que os empregadores notifiquem os funcionários dentro de 48 horas após receberem a notificação de uma inspeção de elegibilidade para emprego (formulário I-9) realizada pelo ICE. | 5 de ago. de 2026 |
| • Fortalece e agiliza o processo de certificação para certos sobreviventes que solicitam vistos U e T, incluindo um prazo de resposta de 45 dias e 14 dias para solicitações de emergência. | 3 de nov. de 2026 |
| • Permite que juízes e comissários de fiança considerem uma ordem final de deportação ao determinar uma fiança. | 5 de ago. de 2026 |
| • Cria uma Comissão de Imigração para estudar questões relacionadas à imigração em Massachusetts. | 3 de nov. de 2026 |
| • Autoriza o Auditor do Estado a auditar centros de detenção de imigrantes e determinados contratos de detenção operados por xerifes ou entidades privadas. | 5 de ago. de 2026 |
| • Permite que certas ações judiciais envolvendo violações de direitos constitucionais dos EUA por funcionários federais sejam julgadas em um tribunal estadual de Massachusetts. | 5 de ago. de 2026 |